

**Tema(s): GRUPO DE TRABALHO DO PROJETO DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE – PROAD 6591/2020****Local: ambiente virtual – Google Meets Data: 17/05/2023****Relator: Maria Daniela****Envolvidos**

<b>Participantes</b>	<b>Setor</b>
Angélica de Mello Ferreira	Juíza Auxiliar da Corregedoria
Marília Sacramento	Juíza Auxiliar da Presidência
Hildo de Jesus Souza	Servidor, integrante da Comissão de Diretores de Secretaria de Vara do Trabalho
João Moura da Costa	Servidor, integrante da Comissão de Diretores de Secretaria de Vara do Trabalho
José Antônio de Freitas Sestelo	Servidor, coordenador do Projeto de Atenção Integral à Saúde, lotado na Coordenadoria de Saúde
Lucinda Maria Sapucaia da Silva	Servidora, lotada na Secretaria de Gestão de Pessoas
Maria Daniela Soares F. Mascarenhas	Servidora, coordenadora do Projeto de Atenção Integral à Saúde, lotada na Secretaria de Gestão de Pessoas
Ausências justificadas:	Romualdo, servidor, integrante da Comissão de Diretores de Secretaria de Vara do Trabalho

**Pauta da reunião**

- Levantamento dos principais temas a serem focados pelo Grupo de Trabalho

**Assuntos Tratados**

Daniela fez a leitura dos objetivos do Grupo do Trabalho, conforme Ato 4337/2023. Em seguida, Hildo apresentou algumas sugestões levantadas junto aos demais diretores de secretaria de vara do trabalho; elogiou o relatório realizado pelo Projeto de Atenção Integral à Saúde, iniciado em 2020. Os diretores solicitaram para ser incluído no escopo do trabalho a ser realizado pelo Grupo o relatório referente a um trabalho feito, recentemente, com a participação de Dra. Angelica e do setor de Psicologia, em Camaçari. Hildo também ressaltou a necessidade de observar as condições de trabalho e que tem havido muita reclamação sobre questões estruturais. Citou inclusive reunião realizada com o Diretor Geral e já foi aberto um PROAD, sobre as dificuldades relacionadas à internet. Com o trabalho presencial a internet piorou nos fóruns. Os colegas estão estressados. O PJE sempre lento. Além disso, sugeriu que, embora haja um trabalho de melhoria das estruturas dos fóruns, seja vista a possibilidade de intensificar com a visita de algum engenheiro ou setor de engenharia aos fóruns; ver o que pode ser melhorado: móveis, questões ergonômicas. Sugeriu ser realizada pesquisa para ver o que os servidores entendem que precisa ser trocado.

Dra. Marília lembrou o projeto “Visitando nossa Casa”, que vem sendo realizado pela Presidência, acompanhado pela Diretoria Geral, em que são levantados todos os pontos vulneráveis. Em relação ao teletrabalho, as ordens vêm de cima. Destacou que, em relação às estruturas das varas, as de Salvador e as do interior, vivenciam momentos diferentes. Atualmente, na capital, a Administração está voltada para a obra do Dois de Julho. Dentro do possível, as demandas estão sendo atendidas.

Dra. Angélica referiu-se ao trabalho citado por Hildo, realizado em Camaçari, do qual ela participou, juntamente com O&M e o setor de Psicologia. Foram escutados, na ocasião, todos os diretores e pessoas que quiseram falar. Informou que os colegas magistrados e os servidores gostaram muito. O

trabalho teve o objetivo de compreender as melhorias que precisavam ser feitas para melhorar os índices. Foi constatado que muitas vezes a situação não é necessariamente falta de funcionários. Algumas vezes são questões interpessoais; falta de planejamento, falta de treinamento. Ela considera interessante esse trabalho ser feito em outros locais e concorda que o relatório do trabalho integre esse Grupo de Trabalho. É importante dar um retorno para essas unidades que foram visitadas; se não, gera descrédito e desestímulo para todos.

Destacou que tem observado a ausência, muitas vezes, de um trabalho do diretor dos fóruns em geral. Muitas vezes as demandas não chegam à Administração pelos diretores do fórum. Citou o exemplo do Fórum de Candeias; as juízas compareceram à Presidência e se queixaram do ar condicionado quebrado na sala de espera, além da ausência de mobiliário adequado. Foi presencialmente ao Fórum, com servidor da SA; oportunidade em que constatou equipamentos no chão; mesa e cadeiras muito ruins e, no entanto, o administrador do fórum nunca formalizou pedido para resolver a situação. Citou situação semelhante encontrada em Juazeiro, durante Correição. Encontraram auditório funcionando como depósito de móveis quebrados. Sugeriu ser feita uma campanha de esclarecimento a respeito do trabalho do administrador do fórum. Existe verba para cuidar dos fóruns; a Secretaria da Administração e a Presidência estão atentos a essas demandas; mas não chega, na maioria das vezes.

Dra. Marília reforçou a importância de o administrador trazer a demanda e a existência de verba no cartão de suprimento, para atender. Alguns prédios têm verdadeiras sucatas: impressoras não utilizadas; resmas de papel; coisas não utilizadas. Está em andamento uma licitação de compra grande de mobiliário novo para os fóruns do interior. A SA tem feito visitas reiteradas nas unidades do interior.

Sugestão apresentada: realização de webnário mensal, com os administradores dos fóruns; para ajudar na gestão da unidade.

Daniela leu o tópico constante do relatório referente à atuação da Ouvidoria, em situações em que os advogados realizam reclamações, com o objetivo de agilizar o andamento do processo, mesmo em situações em que o andamento do processo está dentro do prazo. Foi apresentada a sugestão de que a Ouvidoria poderia tentar filtrar, buscando saber se já houve contato com a unidade, antes de encaminhar a reclamação. Dra. Marília vai fazer contato com Dr. Marcos Gurgel.

Sestelo ressaltou que a maior causa de afastamento entre os servidores é de adoecimento emocional. As cobranças sempre existem. É necessário dar respaldo ao servidor.

Hildo ressaltou que, além de existir o setor de Psicologia, que presta suporte emocional, importante pensar que outro setor a unidade pode procurar em determinadas situações. A pressão é grande, de advogados e partes. Lança o questionamento: “a quem buscar, além do setor de atendimento psicológico?”

Em seguida, Hildo pontou a necessidade de haver melhorias da tecnologia como um todo. Lembrando que o PJE deixa de proporcionar ferramentas que até o E-Samp tinha. Citou o exemplo da situação de pagamento junto à CEF, para pedir o bloqueio, é necessário pedir um número grande de alvarás. O Banco do Brasil, por sua vez, permite que emita apenas um único alvará.

Sugestão: solicitar à SETIC e à CEF mudanças no procedimento de emissão dos alvarás. Dra. Marília pontuou que qualquer alteração no PJE precisa da autorização de Brasília. A Administração pode facilitar o acesso à Comissão. Daniela lembrou que existe o canal da SETIC Atende para formalizar o pedido, no sentido de a SETIC encaminhar a solicitação para Brasília. Hildo informou que haviam feito uma solicitação à SETIC, mas que não obtiveram sucesso.

Sestelo ressaltou a necessidade de atualizar o relatório, que foi produzido à época da pandemia, durante o trabalho remoto. Que a situação já está diferente.

Informou que a Corodenadoria de Saúde está buscando desenvolver ações coletivas, mais abrangentes. Existem apenas duas psicólogas no quadro do TRT5. Citou o projeto, em andamento, voltado à saúde mental e a formação profissional como Instrutoria de Mindfulness, que está sendo

feita pela psicóloga, Sara Bitencourt.

Dra. Angélica solicitou a Daniela que destaque do relatório os pontos relacionados à Corregedoria e encaminhe para ela.

Outro ponto do relatório levantado foi o relacionado ao uso responsável do BI – a queixa presente no relatório é de que ele estaria sendo utilizado de forma enviesada, parcial. Os servidores têm visto a ferramenta de forma negativa; sentindo-se pressionados e sem reconhecimento de outras atividades que são realizadas e o instrumento não é capaz de captar.

Dra. Marília solicitou ao grupo de trabalho, que seja feita a divisão de tarefas.

Houve concordância de todos os presentes com a necessidade de atualizar o relatório.

João Moura justificou que não pôde entrar na reunião no horário marcado. Ressaltou a importância da ferramenta do BI no gerenciamento. Ressaltou que o BI não é ferramenta criada para investigação das atividades dos servidores. É ótima para verificar questões estatísticas, de movimentos; não para fazer verificação de atitude do servidor. Passou a ser questão psicológica, de consciência interna; pra saber quem movimentava mais. O que muitas vezes não reflete a realidade. podem ser feitos 20 ou 30 movimentos no mesmo processo e dar a entender que está produzindo 30 vezes e não é. O servidor pode chegar a fazer 15 a 20.000 movimentos no mês, mas movimentos internos. Essa pressão psicológica passa a criar problemas também de auto-estima no servidor que muitas vezes não tem essa função tamanha de trabalhar no processo e se sente menos produtivo. Ressaltou que o trabalho do servidor não se refere apenas ao gerenciamento do processo. Tem também o atendimento do advogado, que leva tempo. É a prestação do serviço e que não vai ser refletida no processo. No entanto, o órgão funcional foi feito com a parte. Isso não consta; não existe sistema avaliativo; a não ser quando o advogado cita de forma generosa na Ouvidoria. O sistema BI cria sensação de baixa estima dos que não movimentam o processo em si.

João Moura sinaliza ainda que a natureza do BI não é para dimensionar a capacidade de produção do servidor. Foi sendo gerado esse entendimento internamente, resultando em uma sensação de comparação; porque o servidor fica olhando a produtividade dos outros.

Sugere que seja pensada forma de dar visibilidade ao trabalho feito que não é mensurável.

Daniela citou o Projeto Elogio e o Projeto Excelência Funcional que estão sendo implementados pela Secretaria de Gestão de Pessoas, com o apoio do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas; que visam o reconhecimento e a valorização profissional de servidores e magistrados.

#### Encaminhamentos:

AÇÃO	RESPONSÁVEL
Hildo sugeriu que seja realizada pesquisa para ver o que os servidores entendem que precisa ser trocado (em termos de mobiliário e equipamentos). Dra. Marília lembrou da existência do Projeto Visitando Nossa casa. <b>Ação a ser definida.</b>	
Relatório do trabalho realizado em Camaçari passe a integrar o presente grupo de trabalho.	<b>SGP solicitar o relatório à Corregedoria</b>
Realização de webnário mensal, com os administradores dos fóruns; para ajudar na gestão da unidade. <b>Sugestão apresentada.</b>	
Dra. Marília vai fazer contato com Dr. Marcos Gurgel para	<b>SGP encaminhar</b>

esclarecer sobre situações apontadas no relatório sobre a Ouvidoria.	<b>os pontos para Dra. Marília</b>
Solicitar à SETIC e à CEF mudanças no procedimento de emissão dos alvarás. <b>Ação a ser melhor definida.</b>	
Sestelo ressaltou a necessidade de atualizar o relatório, que foi produzido à época da pandemia, durante o trabalho remoto	<b>Daniela e Sestelo</b>
Dra. Angélica solicitou a Daniela que destaque do relatório os pontos relacionados à Corregedoria e encaminhe para ela.	<b>SGP encaminhar para Dra. Angélica</b>
Dra. Marília solicitou ao grupo de trabalho, que seja feita a divisão de tarefas.	<b>Daniela e Sestelo</b>
Sugere que seja pensada forma de dar visibilidade ao trabalho feito que não é mensurável. <b>Sugestão a ser melhor definida pelo Grupo.</b>	